



Conselho Nacional de Justiça

RESOLUÇÃO N. 1, DE DE DE 2016 (CONSOLIDADA)

Estabelece o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso das suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

TÍTULO I DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Conselho Nacional de Justiça, instalado no dia 14 de junho de 2005, órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território nacional, com sede em Brasília-DF, compõe-se de quinze membros, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 1º*)

Art. 2º Integram o CNJ: (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 2º, com a redação dos incisos VIII e IX dada pela Emenda Regimental n. 01/2010*)

- I - o Plenário;
- II - a Presidência;
- III - a Corregedoria Nacional de Justiça;
- IV - os Conselheiros;

- V - as Comissões;
- VI - a Secretaria-Geral;
- VII - o Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ;
- VIII - o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas –DMF;
- IX - a Ouvidoria.

CAPÍTULO II DO PLENÁRIO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 3º O Plenário do CNJ, seu órgão máximo, é constituído por todos os Conselheiros empossados e se reúne validamente com a presença de no mínimo dez (10) de seus integrantes. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 3º)*

Parágrafo único. O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB oficialarão perante o Plenário, podendo usar da palavra. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 3º parágrafo único)*

Seção II

Da Competência do Plenário

Art. 4º Ao Plenário do CNJ compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 4º)*

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados

por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados;

III - receber as reclamações e delas conhecer contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional concorrente dos tribunais, decidindo pelo arquivamento ou instauração do procedimento disciplinar;

IV - avocar, se entender conveniente e necessário, processos disciplinares em curso;

V - propor a realização pelo Corregedor Nacional de Justiça de correições, inspeções e sindicâncias em varas, tribunais, serventias judiciais e serviços notariais e de registro;

VI - julgar os processos disciplinares regularmente instaurados contra magistrados, podendo determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas previstas em lei complementar ou neste Regimento, assegurada ampla defesa;

VII - encaminhar peças ao Ministério Público, a qualquer momento ou fase do processo administrativo quando verificada a ocorrência de qualquer crime, ou representar perante ele nos casos de crime contra a administração pública, de crime de abuso de autoridade ou nos casos de improbidade administrativa;

VIII - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares contra juízes de primeiro grau e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

IX - representar ao Ministério Público para propositura de ação civil para a decretação da perda do cargo ou da cassação da aposentadoria;

X - instaurar e julgar processo para verificação de invalidez de Conselheiro;

XI - elaborar relatórios estatísticos sobre processos e outros indicadores pertinentes à atividade jurisdicional;

XII - elaborar relatório anual, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, discutido e aprovado em sessão plenária especialmente convocada para esse fim, versando sobre:

a) avaliação de desempenho de Juízos e Tribunais, com publicação de dados estatísticos sobre cada um dos ramos do sistema de justiça nas regiões, nos Estados e no Distrito Federal, em todos os graus de jurisdição, discriminando dados quantitativos sobre execução orçamentária, movimentação e classificação processual, recursos humanos e tecnológicos;

b) as atividades desenvolvidas pelo CNJ e os resultados obtidos, bem como as medidas e providências que julgar necessárias para o desenvolvimento do Poder Judiciário.

XIII - definir e fixar, em sessão plenária de planejamento especialmente convocada para este fim, com a participação dos órgãos do Poder Judiciário, podendo para tanto serem ouvidas as associações nacionais de classe das carreiras jurídicas e de servidores, o planejamento estratégico, os planos de metas e os programas de avaliação institucional do Poder Judiciário, visando ao aumento da eficiência, da racionalização e da produtividade do sistema, bem como ao maior acesso à Justiça;

XIV - definir e fixar, em sessão plenária especialmente convocada para este fim, o planejamento estratégico do CNJ;

XV - requisitar das autoridades fiscais, monetárias e de outras autoridades competentes informações, exames, perícias ou documentos, sigilosos ou não, imprescindíveis ao esclarecimento de processos ou procedimentos de sua competência submetidos à sua apreciação;

XVI - aprovar notas técnicas elaboradas na forma deste Regimento;

XVII - propor a criação, transformação ou extinção de cargos e a fixação de vencimentos dos servidores do seu quadro de pessoal, cabendo a iniciativa legislativa ao Supremo Tribunal Federal, na forma do disposto no art. 96, II, da Constituição Federal;

XVIII - aprovar, em ato próprio e específico, a organização e a competência de seus órgãos internos, bem como as atribuições das suas chefias e servidores;

XIX - aprovar a sua proposta orçamentária, a ser apresentada pela Secretaria-Geral, com no mínimo quinze (15) dias de antecedência da sessão plenária específica em que será votada, encaminhando-a ao Supremo Tribunal Federal para os fins do disposto no art. 99, § 2º, II, da Constituição Federal;

XX - aprovar a abertura de concurso público para provimento dos cargos efetivos e homologar o respectivo resultado final;

XXI - decidir, na condição de instância revisora, os recursos administrativos cabíveis;

XXII - disciplinar a instauração, autuação, processamento, julgamento e eventual reconstituição dos processos de sua competência;

XXIII - fixar critérios para as promoções funcionais de seus servidores;

XXIV - alterar o Regimento Interno;

XXV - resolver as dúvidas que forem submetidas pela Presidência ou pelos Conselheiros sobre a interpretação e a execução do Regimento ou das Resoluções, podendo editar Enunciados interpretativos com força normativa;

XXVI - conceder licença ao Presidente e, por mais de três (3) meses, aos demais Conselheiros;

XXVII - apreciar os pedidos de providências para garantir a preservação de sua competência ou a autoridade das suas decisões;

XXVIII - produzir estudos e propor medidas com vistas à maior celeridade dos processos judiciais, bem como diagnósticos, avaliações e projetos de gestão dos diversos ramos do Poder Judiciário, visando a sua modernização, desburocratização e eficiência;

XXIX - estimular o desenvolvimento de programas de aperfeiçoamento da gestão administrativa e financeira dos órgãos do Poder Judiciário e de interligação dos respectivos sistemas, estabelecendo metas;

XXX - desenvolver cadastro de dados com informações geradas pelos órgãos prestadores de serviços judiciais, notariais e de registro;

XXXI - aprovar e encaminhar ao Poder Legislativo parecer conclusivo nos projetos de leis de criação de cargos públicos, de estrutura e de natureza orçamentária dos órgãos do Poder Judiciário federal;

XXXII - decidir sobre consulta que lhe seja formulada a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência, na forma estabelecida neste Regimento;

XXXIII - fixar procedimentos e prazos mínimos e máximos para manifestação do Conselheiro sorteado para apreciar processos que tratem sobre prestação de contas anuais, relatórios para o Congresso Nacional, parecer de mérito em propostas orçamentárias, criação de cargos, criação de programas de responsabilidade do CNJ com as respectivas propostas orçamentárias, metas e seus responsáveis, criação de convênios que incluam contrapartida do CNJ, e demais hipóteses analisadas pelo Plenário;

XXXIV - estabelecer sistema de informações obrigatórias aos Conselheiros sobre temas relevantes para o funcionamento do CNJ;

XXXV - celebrar termo de compromisso com as administrações dos Tribunais para estimular, assegurar e desenvolver o adequado controle da sua atuação financeira e promover a agilidade e a transparência no Poder Judiciário;

XXXVI - executar as demais atribuições conferidas por lei.

§ 1º Dos atos e decisões do Plenário não cabe recurso. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 4º, § 1º)*

§ 2º O Poder Legislativo estadual ou o Tribunal de Justiça poderá consultar o CNJ sobre os projetos de lei referidos no inciso XXXI deste artigo. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 4º, § 2º)*

CAPÍTULO III DA PRESIDÊNCIA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 5º O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 5º, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/2010)*

Seção II

Das Atribuições do Presidente

Art. 6º São atribuições do Presidente, que pode delegá-las, conforme a oportunidade ou conveniência, observadas as disposições legais: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 6º)*

I - velar pelo respeito às prerrogativas do CNJ;

II - dar posse aos Conselheiros;

III - representar o CNJ perante quaisquer órgãos e autoridades;

IV - convocar e presidir as sessões plenárias do CNJ, dirigindo-lhes os trabalhos, cumprindo e fazendo cumprir o presente Regimento;

V - responder pelo poder de polícia nos trabalhos do CNJ, podendo requisitar, quando necessário, o auxílio de outras autoridades;

VI - antecipar, prorrogar ou encerrar o expediente nos casos urgentes, ad referendum do Plenário;

- VII - decidir questões de ordem, ou submetê-las ao Plenário, quando entender necessário;
- VIII - conceder licença aos Conselheiros, de até três (3) meses, e aos servidores do quadro de pessoal;
- IX - conceder diárias e passagens bem assim o pagamento de ajuda de custo, transporte e/ou indenização de despesa quando for o caso, em conformidade com as tabelas aprovadas pelo CNJ e a legislação aplicável à espécie;
- X - orientar e aprovar a organização das pautas de julgamento preparadas pela Secretaria-Geral;
- XI - supervisionar as audiências de distribuição;
- XII - assinar as atas das sessões do CNJ;
- XIII - despachar o expediente do CNJ;
- XIV - executar e fazer executar as ordens e deliberações do CNJ;
- XV - decidir as matérias relacionadas aos direitos e deveres dos servidores do CNJ;
- XVI - prover, na forma da lei, os cargos do quadro de pessoal do CNJ;
- XVII - designar o Secretário-Geral e dar posse aos chefes e aos diretores dos órgãos internos do CNJ;
- XVIII - exonerar, a pedido, servidor do quadro de pessoal do CNJ;
- XIX - superintender a ordem e a disciplina do CNJ, bem como aplicar penalidades aos seus servidores;
- XX - autorizar os descontos legais nos vencimentos e/ou proventos dos servidores do quadro de pessoal do CNJ;
- XXI - autorizar e aprovar as concorrências, as tomadas de preços e os convites, para aquisição de materiais e de tudo o que for necessário ao funcionamento dos serviços do CNJ;
- XXII - autorizar, em caso de urgência e de necessidade extraordinária previstos em lei, a contratação de servidores temporários;
- XXIII - autorizar o pagamento de despesas referentes ao fornecimento de material ou prestação de serviços e assinar os contratos relativos à adjudicação desses encargos;
- XXIV - prover cargos em comissão e designar servidores para exercer funções gratificadas;
- XXV - delegar aos demais Conselheiros, bem como ao Secretário-Geral, a prática de atos de sua competência;

XXVI - praticar, em caso de urgência, ato administrativo de competência do Plenário, submetendo-o ao referendo deste na primeira sessão que se seguir;

XXVII - assinar a correspondência em nome do CNJ;

XXVIII - requisitar magistrados, delegando-lhes quaisquer de suas atribuições, observados os limites legais;

XXIX - requisitar servidores do Poder Judiciário, delegando-lhes atribuições, observados os limites legais;

XXX - apreciar liminarmente, antes da distribuição, os pedidos e requerimentos anônimos ou estranhos à competência do CNJ; (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 6º, XXX*)

XXXI - instituir grupos de trabalho, visando à realização de estudos e diagnósticos bem como à execução de projetos de interesse específico do CNJ;

XXXII - instituir comitês de apoio, compostos por servidores, para a elaboração de estudos e pareceres técnicos sobre matéria de interesse do CNJ;

XXXIII - aprovar os pareceres de mérito a cargo do CNJ nos casos previstos em lei, com referendo do Plenário e encaminhamento aos órgãos competentes;

XXXIV - firmar convênios e contratos, dando-se ciência imediata aos Conselheiros;

XXXV - praticar os demais atos previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º Os magistrados e servidores requisitados conservarão os direitos e vantagens inerentes ao exercício de seus cargos ou empregos no órgão de origem, como se em atividade normal estivessem. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 6º, §1º*)

§ 2º Os juízes requisitados para auxiliarem a Presidência do Conselho Nacional de Justiça e a Corregedoria Nacional de Justiça perceberão a diferença de subsídio ou remuneração correspondente ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça. (*Resolução n. 22, de 22 de setembro de 2006, art. 1º*)

§ 3º A requisição de magistrados de que trata este artigo não poderá exceder a dois anos, podendo ser prorrogada uma única vez. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 6º, § 2º*)

CAPÍTULO IV

DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 7º A Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do CNJ, será dirigida pelo Corregedor Nacional de Justiça, cuja função será exercida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que ficará excluído da distribuição de processos judiciais no âmbito do seu Tribunal. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 7º, caput)*

Parágrafo único. A Corregedoria Nacional de Justiça terá uma Secretaria, dirigida por um Chefe e encarregada de executar os serviços de apoio ao gabinete do Corregedor Nacional de Justiça, e uma Assessoria, coordenada por um Assessor Chefe indicado pelo Corregedor Nacional de Justiça entre os magistrados requisitados, para auxílio técnico às suas manifestações. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 7º, parágrafo único)*

Seção II

Das Atribuições do Corregedor Nacional de Justiça

Art. 8º Compete ao Corregedor Nacional de Justiça, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 8º, caput)*

I - receber as reclamações e denúncias de qualquer interessado relativas aos magistrados e tribunais e aos serviços judiciários auxiliares, serventias, órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, determinando o arquivamento sumário das anônimas, das prescritas e daquelas que se apresentem manifestamente improcedentes ou despidas de elementos mínimos para a sua compreensão, de tudo dando ciência ao reclamante;

II - determinar o processamento das reclamações que atendam aos requisitos de admissibilidade, arquivando-as quando o fato não constituir infração disciplinar;

III - instaurar sindicância ou propor, desde logo, ao Plenário a instauração de processo administrativo disciplinar, quando houver indício suficiente de infração;

IV - promover ou determinar a realização de sindicâncias, inspeções e correições, quando houver fatos graves ou relevantes que as justifiquem, desde logo determinando as medidas que se mostrem necessárias, urgentes ou adequadas, ou propondo ao Plenário a adoção das medidas que lhe pareçam suficientes a suprir as necessidades ou deficiências constatadas;

V - requisitar das autoridades fiscais, monetárias e de outras autoridades competentes informações, exames, perícias ou documentos, sigilosos ou não, imprescindíveis ao esclarecimento de processos ou procedimentos submetidos à sua apreciação, dando conhecimento ao Plenário;

VI - requisitar magistrados para auxílio à Corregedoria Nacional de Justiça, delegando-lhes atribuições, observados os limites legais;

VII - requisitar servidores do Poder Judiciário e convocar o auxílio de servidores do CNJ, para tarefa especial e prazo certo, para exercício na Corregedoria Nacional de Justiça, podendo delegar-lhes atribuições nos limites legais;

VIII - elaborar e apresentar relatório anual referente às atividades desenvolvidas pela Corregedoria Nacional de Justiça na primeira sessão do ano seguinte;

IX - apresentar ao Plenário do CNJ, em quinze (15) dias de sua finalização, relatório das inspeções e correições realizadas ou diligências e providências adotadas sobre qualquer assunto, dando-lhe conhecimento das que sejam de sua competência própria e submetendo à deliberação do colegiado as demais;

X - expedir Recomendações, Provimentos, Instruções, Orientações e outros atos normativos destinados ao aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, bem como dos demais órgãos correicionais, sobre matéria relacionada com a competência da Corregedoria Nacional de Justiça;

XI - propor ao Plenário do CNJ a expedição de recomendações e a edição de atos regulamentares que assegurem a autonomia, a transparência e a eficiência do Poder Judiciário e o cumprimento do Estatuto da Magistratura;

XII - executar, de ofício ou por determinação, e fazer executar as ordens e deliberações do CNJ relativas à matéria de sua competência;

XIII - dirigir-se, no que diz respeito às matérias de sua competência, às autoridades judiciárias e administrativas e aos órgãos ou às entidades, assinando a respectiva correspondência;

XIV - indicar ao Presidente, para fins de designação ou nomeação, o nome dos ocupantes de função gratificada ou cargo em comissão no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça, cabendo àquele dar-lhes posse;

XV - promover a criação de mecanismos e meios para a coleta de dados necessários ao bom desempenho das atividades da Corregedoria Nacional de Justiça;

XVI - manter contato direto com as demais Corregedorias do Poder Judiciário;

XVII - promover reuniões periódicas para estudo, acompanhamento e sugestões com os magistrados envolvidos na atividade correicional;

XVIII - delegar, nos limites legais, aos demais Conselheiros, aos Juízes Auxiliares ou aos servidores expressamente indicados, atribuições sobre questões específicas;

XIX - solicitar a órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, ou a entidade pública, a cessão temporária por prazo certo, sem ônus para o CNJ, de servidor detentor de conhecimento técnico especializado, para colaborar na instrução de procedimento em curso na Corregedoria Nacional de Justiça;

XX - promover de ofício, quando for o caso de urgência e relevância, ou propor ao Plenário, quaisquer medidas com vistas à eficácia e ao bom desempenho da atividade judiciária e dos serviços afetos às serventias e aos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro;

XXI - promover, constituir e manter bancos de dados, integrados a banco de dados central do CNJ, atualizados sobre os serviços judiciais e extrajudiciais, inclusive com o acompanhamento da respectiva produtividade e geração de relatórios visando ao diagnóstico e à adoção de providências para a efetividade fiscalizatória e correicional, disponibilizando seus resultados aos órgãos judiciais ou administrativos a quem couber o seu conhecimento.

§ 1º Os magistrados requisitados poderão assessorar em procedimentos, atos e assuntos a serem levados à apreciação do CNJ ou em outros assuntos que se fizerem necessários, subscrevendo os respectivos despachos mediante delegação expressa do Corregedor Nacional de Justiça.

§ 2º Os magistrados e servidores requisitados conservarão os direitos e as vantagens inerentes ao exercício de seus cargos ou empregos de origem, como se em atividade normal estivessem.

§ 3º A requisição de magistrados de que trata este artigo não poderá exceder a dois anos, podendo ser prorrogada uma única vez.

§ 4º Os procedimentos que tramitam na Corregedoria Nacional de Justiça são públicos. Contudo, enquanto não admitidos ou durante as investigações, se for o caso, o acesso aos autos respectivos poderá ficar restrito aos interessados e a seus procuradores nos termos da Constituição e das leis.

§ 5º Das decisões do Corregedor Nacional de Justiça e dos Juízes Auxiliares por ele delegadas, em qualquer caso, será dada ciência ao requerente ou interessado pela imprensa oficial, e por intimação pessoal, pelo modo mais expedito e por via eletrônica, quando a decisão importar em alteração de situação jurídica pessoal do interessado.

CAPÍTULO V DOS CONSELHEIROS

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 9º Os Conselheiros serão nomeados pelo Presidente da República, após arguição pública e depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para cumprirem um mandato de dois anos, admitida uma recondução. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 9º)*

§ 1º O biênio é contado ininterruptamente, a partir da posse. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 9º, § 1º)*

§ 2º Nenhum Conselheiro poderá voltar a integrar o Plenário na mesma classe ou em classe diversa após cumpridos dois mandatos, consecutivos ou não. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 9º, § 2º)*

Art. 10. Até sessenta dias antes do término do mandato, ou imediatamente após a vacância do cargo de Conselheiro, a Presidência do CNJ oficialará ao órgão legitimado nos termos do art. 103-B da Constituição Federal para nova indicação. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 10º)*

Art. 11. Os Conselheiros tomam posse perante o Presidente do CNJ, com a assinatura do termo respectivo. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 11)*

§ 1º O prazo para a posse é de trinta dias contados da nomeação, salvo motivo de força maior. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 11, § 1º)*

§ 2º Em caso de recondução, a assinatura do termo respectivo dispensa a posse formal. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 11, § 2º)*

§ 3º Os Conselheiros não integrantes das carreiras da magistratura terão os mesmos direitos, prerrogativas, deveres, impedimentos constitucionais e

legais, suspeições e incompatibilidades que regem a carreira da magistratura, no que couber, enquanto perdurar o mandato. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 2º, § 3º)*

§ 4º Aos Conselheiros é vedado o exercício da advocacia perante o CNJ nos dois (2) anos subsequentes ao término do mandato. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 11, § 4º)*

Art. 12. A renúncia ao cargo de Conselheiro deverá ser formulada por escrito à Presidência do CNJ, que a comunicará ao Plenário na primeira reunião que se seguir, informando, inclusive, as providências adotadas para o preenchimento da referida vaga. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 12)*

Art. 13. Se, durante o cumprimento do mandato, algum membro do CNJ for acometido de invalidez, a Presidência levará o fato ao conhecimento do Plenário, que ordenará a formação de um procedimento específico para a declaração da perda do mandato. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 13)*

Art. 14. O Conselheiro nomeado por sua condição funcional e institucional de magistrado em atividade, membro do Ministério Público, advogado ou cidadão de notável saber jurídico perderá automaticamente o seu mandato se for alterada a condição em que foi originariamente indicado, devendo ser sucedido por novo representante a ser indicado pelo respectivo órgão legitimado, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 14)*

Art. 15. O Conselheiro não poderá concorrer à vaga do quinto constitucional de que trata o art. 94 da Constituição Federal, ser promovido pelo critério de merecimento na carreira da magistratura ou ser indicado para integrar Tribunal Superior durante o período do mandato e até dois anos após o seu término. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 15)*

Art. 16. Os Conselheiros perderão os seus mandatos: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 16)*

I - em virtude de condenação, pelo Senado Federal, em crime de responsabilidade;

II - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

III - em virtude de declaração, pelo Plenário, de perda do mandato por invalidez.

Seção II

Dos Direitos

Art. 17. Os Conselheiros têm os seguintes direitos: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 17)*

I - tomar lugar nas reuniões do Plenário ou das comissões para as quais hajam sido eleitos, usando da palavra e proferindo voto;

II - registrar em ata o sentido de seus votos ou opiniões manifestadas durante as sessões plenárias ou reuniões das Comissões para as quais hajam sido eleitos, juntando, se entenderem conveniente, seus votos;

III - eleger e serem eleitos integrantes de Comissões instituídas pelo Plenário;

IV - receber o mesmo tratamento protocolar dos Ministros dos Tribunais Superiores;

V - obter informações sobre as atividades do CNJ, tendo acesso a atas e documentos a elas referentes;

VI - elaborar projetos, propostas ou estudos sobre matérias de competência do CNJ e apresentá-los nas sessões plenárias ou reuniões de Comissões, observada a pauta fixada pelos respectivos Presidentes;

VII - requisitar de quaisquer órgãos do Poder Judiciário, do CNJ e de outras autoridades competentes as informações e meios que considerem úteis para o exercício de suas funções;

VIII - propor à Presidência a constituição de grupos de trabalho ou Comissões necessários à elaboração de estudos, propostas e projetos a serem apresentados ao Plenário do CNJ;

IX - requerer a inclusão, na ordem de trabalhos das sessões do Plenário ou das reuniões das Comissões, de assunto que entendam dever ser objeto de deliberação e propor à Presidência do CNJ a realização de sessões extraordinárias;

X - propor a convocação de técnicos, especialistas, representantes de entidades ou autoridades para prestar os esclarecimentos que o CNJ entenda convenientes;

XI - pedir vista dos autos de processos em julgamento.

§ 1º A qualidade de Conselheiro não é incompatível com o exercício do cargo em virtude do qual foram indicados os magistrados e os membros do Ministério Público.

§ 2º Os Conselheiros oriundos da magistratura e do Ministério Público poderão afastar-se de suas atividades funcionais perante esses órgãos.

Seção III

Dos Deveres

Art. 18. Os Conselheiros têm os seguintes deveres: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 18)*

I - participar das sessões plenárias para as quais forem regularmente convocados;

II - despachar, nos prazos legais, os requerimentos ou expedientes que lhes forem dirigidos;

III - desempenhar as funções de Relator nos processos que lhes forem distribuídos;

IV - desempenhar, além das funções próprias do cargo, as que lhes forem delegadas pelo Regimento, pelo Plenário, pelo Presidente ou pelo Corregedor Nacional de Justiça;

V - guardar sigilo dos seus atos, das suas deliberações e das providências determinadas pelo CNJ, ou pelos seus órgãos, que tenham caráter reservado na forma deste Regimento;

VI - declarar os impedimentos, as suspeições ou as incompatibilidades que lhes afetem, comunicando-os de imediato à Presidência.

Parágrafo único. Não são cabíveis impedimentos, suspeições ou incompatibilidades quando se tratar de atos normativos.

Seção IV

Das Licenças e Substituições

Art. 19. O Conselheiro pode gozar das licenças concedidas pelos órgãos de origem e das deferidas pelo Plenário. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 19)*

Art. 20. A licença de Conselheiro será requerida com a indicação do período, começando a correr do dia em que passar a ser usufruída. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 20)*

Art. 21. O Conselheiro licenciado não poderá exercer qualquer das suas funções no CNJ. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.21)*

Art. 22. Salvo contraindicação médica, o Conselheiro licenciado poderá reassumir o cargo a qualquer tempo, entendendo-se que desistiu do restante do prazo, bem assim proferir decisões em processos que, antes da licença, lhe hajam sido conclusos para julgamento ou tenham recebido o seu visto como Relator. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 22)*

Art. 23. Os Conselheiros serão substituídos em suas eventuais ausências e impedimentos: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 23, redação dada pela Emenda Regimental n. 01/2010)*

I - o Presidente do Conselho, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal;

II - o Corregedor Nacional de Justiça, pelo Conselheiro por ele indicado;

III - o Presidente de Comissão, pelo membro por ele indicado.

§ 1º No caso de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho e do seu substituto o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, substituirá o Presidente o Conselheiro por ele indicado. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 23, § 1º, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

§ 2º Considera-se ausência do Presidente do CNJ ou do Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, para os efeitos deste artigo, os casos de doença e de afastamento da sede do Conselho Nacional de Justiça (art. 92, § 1º). *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 23, § 2º, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

§ 3º Os processos sob relatoria de Conselheiro que eventualmente esteja substituindo o Presidente não deverão ser apregoados enquanto perdurar a situação. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 23, § 3º, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 24. O Relator será substituído: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 24)*

I - pelo Conselheiro imediato, observada a ordem prevista neste Regimento, quando se tratar de deliberação sobre medida urgente; verificada a ausência do Conselheiro substituto, os autos serão remetidos ao Conselheiro seguinte na ordem prevista neste Regimento;

II - pelo Conselheiro designado para lavrar a decisão, quando vencido no julgamento;

III - mediante redistribuição, em caso de licença ou ausência por mais de trinta dias, ou de reconhecimento de suspeição ou impedimento;

IV - pelo novo Conselheiro nomeado para a sua vaga, em caso de vacância.

Seção V

Das Atribuições do Relator

Art. 25. São atribuições do Relator: (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 25*)

I - ordenar e dirigir o processo, determinando as providências e diligências necessárias a seu andamento e instrução, fixando prazos para os respectivos atendimentos;

II - conceder vista dos autos aos interessados, após o feito lhe ter sido distribuído;

III - submeter ao Plenário, à Comissão ou à Presidência, conforme a competência, quaisquer questões de ordem para o bom andamento dos processos;

IV - decidir os incidentes que não dependerem de pronunciamento do Plenário, bem como fazer executar as diligências necessárias ao julgamento do processo;

V - requisitar, se necessário, os autos originais dos processos que subirem a seu exame em traslados, cópias ou certidões, assim como os feitos que com eles tenham conexão ou dependência, desde que já findos;

VI - solicitar inclusão na pauta de julgamento de processo examinado e relatado;

VII - proferir decisões monocráticas e votos com proposta de ementa e lavrar acórdão quando cabível;

VIII - conduzir e orientar a instrução do processo, realizar atos ou diligências tidas por necessárias, inclusive pelo Plenário, bem como delegar competência a magistrado para colher provas consideradas indispensáveis;

IX - indeferir, monocraticamente, recurso quando intempestivo ou manifestamente incabível;

X - determinar o arquivamento liminar do processo quando a matéria for flagrantemente estranha às finalidades do CNJ, bem como a pretensão for manifestamente improcedente, despida de elementos mínimos para sua compreensão ou quando ausente interesse geral;

XI - deferir medidas urgentes e acauteladoras, motivadamente, quando haja fundado receio de prejuízo, dano irreparável ou risco de perecimento do direito

invocado, determinando a inclusão em pauta, na sessão seguinte, para submissão ao referendo do Plenário;

XII - deferir monocraticamente pedido em estrita obediência a Enunciado Administrativo ou entendimento firmado pelo CNJ ou pelo Supremo Tribunal Federal;

XIII - manifestar-se, em auxílio à Presidência, nas solicitações de informações em processos no Supremo Tribunal Federal questionando decisão sua ou do Plenário;

XIV - praticar os demais atos de sua competência, previstos na lei e neste Regimento.

§ 1º O Relator poderá, nos pedidos de providências e nos procedimentos de controle administrativo, propor, a qualquer momento, conciliação às partes em litígio, em audiência própria, reduzindo a termo o acordo, a ser homologado pelo Plenário. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 25, § 1º)*

§ 2º O Relator poderá determinar, monocraticamente, a suspensão de procedimento a fim de aguardar o pronunciamento das instâncias administrativas do órgão judiciário, do qual o ato impugnado se origina. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 25, § 2º)*

Art. 26. O Relator poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública ou designar audiência pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para o interessado. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 26)*

§ 1º A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 26, § 1º)*

§ 2º O comparecimento à consulta pública não caracteriza, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito restrito ao objeto do procedimento de obter resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 26, § 2º)*

CAPÍTULO VI DAS COMISSÕES

Art. 27. O Plenário poderá criar Comissões permanentes ou temporárias, compostas por, no mínimo, três Conselheiros, para o estudo de temas e

o desenvolvimento de atividades específicas do interesse respectivo ou relacionadas com suas competências. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 27)*

Parágrafo único. Os Conselheiros integrantes das Comissões permanentes serão eleitos pelo Plenário. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 27, parágrafo único)*

Art. 28. As Comissões serão constituídas na forma e com as atribuições previstas no ato de que resultar a sua criação, cabendo-lhes, entre outras, as seguintes atribuições: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 28)*

I - discutir e votar as proposições sujeitas à deliberação que lhes forem distribuídas;

II - realizar audiências públicas com órgãos públicos, entidades da sociedade civil ou especialistas;

III - receber requerimentos e sugestões de qualquer pessoa sobre tema em estudo ou debate em seu âmbito de atuação;

IV - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo propor, no âmbito das atribuições para as quais foram criadas, a realização de conferência, exposições, palestras ou seminários.

§ 1º Na sessão de constituição de cada Comissão será eleito, por maioria absoluta, um Presidente, com a determinação do início e do término do mandato correspondente. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 28, § 1º)*

§ 2º Nas Comissões buscar-se-á a participação proporcional, preservando, sempre que possível, a representação das diversas categorias funcionais. Em cada uma delas haverá pelo menos um Conselheiro não integrante da Magistratura. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 28, § 2º)*

§ 3º As Comissões temporárias observarão os termos e limites do ato de sua constituição. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 28, § 3º)*

§ 4º As Comissões serão presididas por um de seus membros. Nos casos de renúncia ou vacância ou impedimento definitivo de qualquer dos membros das Comissões, proceder-se-á à indicação de novo membro, com mandato pelo período que restar. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 28, § 4º)*

Art. 29. Sem prejuízo das atribuições das Comissões, poderá o Presidente da Comissão, quando lhe parecer urgente ou relevante, adotar, singularmente ou mediante delegação especial, medidas ou providências que pareçam necessárias ao desempenho das competências respectivas. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 29)*

Art. 30. A Comissão, dentro de seu âmbito específico de atuação, poderá solicitar à Presidência que sejam colocados à sua disposição magistrados e servidores para auxiliar nos trabalhos que lhe são afetos, sem prejuízo das funções dos requisitados e na medida de suas disponibilidades. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 30)*

Parágrafo único. Quando for estritamente necessário, a Comissão poderá solicitar ao Presidente do CNJ a contratação de assessorias e auditorias, bem como a celebração de convênios com universidades ou outras instituições. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 30, parágrafo único)*

Art. 31. Cada Comissão comunicará ao Presidente do CNJ, em até trinta (30) dias após a sua constituição, os assuntos e as metas de seu âmbito, que deverão ser discutidos e aprovados pelo Plenário em sessão específica de planejamento interno. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 31)*

Parágrafo único. Qualquer Comissão poderá propor a sua dissolução. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 31, parágrafo único)*

CAPÍTULO VII

DA SECRETARIA-GERAL

Art. 32. Compete à Secretaria-Geral assegurar a assessoria e o apoio técnico e administrativo necessários à preparação e à execução de sua gestão administrativa, das atividades do Plenário, da Presidência do CNJ, da Corregedoria Nacional de Justiça, dos Conselheiros e das Comissões, nos termos previstos neste Regimento e em regulamento específico, editado pelo Plenário. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 32)*

Parágrafo único. A Secretaria-Geral disporá de quadro próprio de pessoal constituído na forma da lei. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 32, parágrafo único)*

Art. 33. A Secretaria-Geral é composta pelas unidades previstas em seu regulamento aprovado pelo Plenário. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 33)*

Art. 34. A Secretaria-Geral é dirigida pelo Secretário-Geral, designado pelo Presidente do CNJ entre os magistrados requisitados na forma deste Regimento. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 34)*

Art. 35. Nos processos administrativos submetidos ao CNJ, os atos ordinatórios, de administração ou de mero expediente serão executados pela Secretaria-Geral; as comunicações, determinações ou ordens de execução concessivas ou restritivas de direito serão subscritas pelo Presidente do CNJ. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 35)*

Parágrafo único. A Secretaria-Geral poderá prestar apoio para execução da gestão administrativa mediante protocolo de cooperação entre titulares das Secretarias de outros órgãos partes. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 35, parágrafo único)*

CAPÍTULO VIII

DO DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS - DPJ

Art. 36. O DPJ é órgão de assessoramento técnico do CNJ. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 36)*

Art. 37. Constituem objetivos do DPJ: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 37)*

I - subsidiar a Presidência na elaboração do relatório anual do CNJ, na forma do disposto no inciso VII do § 4º do art. 103-B da Constituição Federal;

II - desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira;

III - realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário;

IV - elaborar relatórios conclusivos e opinar sobre matéria que lhe seja submetida pelo Plenário, pelo Presidente, pelo Corregedor Nacional de Justiça, por Conselheiro ou pelas Comissões;

V - fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias;

VI - disseminar informações e conhecimentos por meio de publicações, seminários e outros veículos.

Art. 38. Para a consecução dos objetivos institucionais do DPJ, o CNJ poderá: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 38)*

I - estabelecer vínculos de cooperação e intercâmbio com quaisquer órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais, no campo de sua atuação;

II - celebrar contratos com autoridades públicas nacionais ou estrangeiras e pessoas físicas e jurídicas especializadas nos assuntos que lhe seja submetido a exame.

Art. 39. O DPJ será dirigido por 1 (um) Diretor Executivo, 1 (um) Diretor de Projetos e 1 (um) Diretor Técnico, sob a coordenação do primeiro, e disporá, em sua estrutura, de um Conselho Consultivo composto de nove (9) membros cujas competências serão fixadas em regulamento a ser editado pelo Plenário. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 39)*

§ 1º Os membros do Conselho Consultivo do DPJ serão indicados pela Presidência e aprovados pelo Plenário do CNJ, devendo obrigatoriamente a escolha recair sobre professores de ensino superior e magistrados, em atividade ou aposentados e com reconhecida experiência nas atividades do Poder Judiciário. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 39, § 1º)*

§ 2º A participação no Conselho Consultivo não será remunerada. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 39, § 2º)*

Art. 40. Compete ao Conselho Consultivo: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 40º)*

I - opinar sobre estudos, relatórios, análises e pesquisas que o DPJ lhe submeter;

II - opinar sobre as diretrizes metodológicas e os projetos de pesquisas desenvolvidos no DPJ;

III - examinar e opinar sobre a celebração de convênios e acordos que envolvam as informações contidas nos bancos de dados do Poder Judiciário nacional e nos seus arquivos;

IV - propor estudos e projetos nas áreas temáticas relativas a Direito e Sociedade, Direito e Política, Direito e Economia, Reforma Legal e do Judiciário, bem como em outras áreas que atendam aos interesses do CNJ;

V - fazer proposições a respeito das linhas de pesquisa desenvolvidas e suas diretrizes metodológicas;

VI - apoiar a Diretoria do DPJ em suas relações com as comunidades científicas nacional e internacional;

VII - dar parecer sobre qualquer quesito que a Diretoria do DPJ lhe submeter;

VIII - elaborar seu regulamento, a ser submetido à aprovação do Plenário do CNJ.

CAPÍTULO IX
DO DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA
CARCARÁRIO E DO SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS

Art. 41. O Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF, criado pela Lei n. 12.106, de 2 de dezembro de 2009, é órgão do CNJ de acompanhamento e fiscalização do sistema carcerário e de execução de medidas socioeducativas no âmbito do Poder Judiciário (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 40-A, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10*)

§ 1º Constituem objetivos do DMF, dentre outros correlatos que poderão ser estabelecidos administrativamente: (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 40-A, § 1º, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10*)

I - monitorar e fiscalizar o cumprimento das recomendações e resoluções do Conselho Nacional de Justiça em relação à prisão provisória e definitiva, medida de segurança e de internação de adolescentes;

II - planejar, organizar e coordenar, no âmbito de cada Tribunal, mutirões para reavaliação da prisão provisória e definitiva, da medida de segurança e da internação de adolescentes e para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias;

III - acompanhar e propor soluções em face de irregularidades verificadas no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas;

IV - fomentar a implementação de medidas protetivas e de projetos de capacitação profissional e reinserção social do interno e do egresso do sistema carcerário;

V - propor ao Conselho Nacional de Justiça, em relação ao sistema carcerário e ao sistema de execução de medidas socioeducativas, a uniformização de procedimentos, bem como de estudos para aperfeiçoamento da legislação sobre a matéria;

VI - acompanhar e monitorar projetos relativos à abertura de novas vagas e ao cumprimento da legislação pertinente em relação ao sistema carcerário e ao sistema de execução de medidas socioeducativas;

VII - acompanhar a implantação e o funcionamento de sistema de gestão eletrônica da execução penal e de mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias;

VIII - coordenar a instalação de unidades de assistência jurídica voluntária no âmbito do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas.

§ 2º Para a consecução dos objetivos institucionais do DMF, o Conselho Nacional de Justiça poderá *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 40-A, §2º, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

I – estabelecer vínculos de cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou supranacionais, no campo de sua atuação;

II - celebrar contratos com pessoas físicas e jurídicas especializadas.

Art. 42. O Departamento será coordenado por 1 (um) juiz auxiliar nomeado pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça e supervisionado por 1 (um) Conselheiro designado pelo plenário e contará com uma estrutura de cargos em comissão e funções comissionadas. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 40-B, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

CAPÍTULO X DA OUVIDORIA

Art. 43. A Ouvidoria do CNJ será coordenada por um Conselheiro, eleito pela maioria do Plenário. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 41)*

Parágrafo único. As atribuições da Ouvidoria serão regulamentadas por ato do Plenário. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 41, parágrafo único)*

TÍTULO II DO PROCESSO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44. Os requerimentos iniciais, as reclamações disciplinares, os processos instaurados de ofício e os processos recebidos de outros órgãos ou os incidentes correlatos serão protocolados no dia da entrada, na ordem de recebimento, e registrados até o primeiro dia útil imediato. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 42)*

§ 1º Os requerimentos e pedidos iniciais endereçados ao CNJ, bem assim os dirigidos a processos já em andamento, serão protocolados, registrados e devidamente autuados, digitalizados na Secretaria Processual do CNJ até o primeiro dia útil imediato. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 42, § 1º)*

§ 2º Os requerimentos e pedidos dirigidos a processos já em andamento serão juntados imediatamente aos autos respectivos ou digitalizados e poderão ser encaminhados: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 42, § 2º)*

I - por via eletrônica:

a) no sistema informatizado, mediante cadastramento prévio do advogado ou do interessado;

b) por correspondência eletrônica em endereço indicado no sítio eletrônico do CNJ;

c) em equipamento de transmissão de dados e imagens, no número de linha telefônica divulgado no sítio eletrônico do CNJ, devendo os originais ser entregues em até cinco (5) dias, no Protocolo Geral do CNJ, sob pena de cancelamento da distribuição e arquivamento sumário do feito ou desconsideração da peça, se interlocutória.

II - por requerimento:

a) diretamente apresentados no Protocolo Geral do CNJ;

b) enviados pelo correio ou por outro meio idôneo, sendo o interessado responsável pela observância do prazo legal ou regimental, se for o caso.

§ 3º A dispensa da remessa ou juntada dos originais poderá ser autorizada sempre que a autenticidade dos requerimentos e documentos puder ser

de pronto reconhecida ou admitida pelo setor técnico da Secretaria Processual do CNJ. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 42, art. 3º)*

§ 4º Se o requerimento inicial contiver cumulação de pedidos que não guardem pertinência temática, o requerente será intimado para que, no prazo de quinze (15) dias, individualize em peças autônomas cada uma das pretensões deduzidas, sob pena de indeferimento, dispensada a distribuição. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 42, art. 4º)*

§ 5º Ato da Presidência do CNJ, ratificado pelo Plenário, poderá regulamentar as hipóteses e condições em que será obrigatória a utilização do meio de encaminhamento de que trata o § 2º, I, 'a', com vistas à implementação plena do processo eletrônico. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 42, art. 5º, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

§ 6º Aplicam-se aos processos deste Conselho, no que couber, as normas relacionadas com a disciplina legal do processo judicial eletrônico e demais normas referentes à informatização dos procedimentos e à comunicação de atos processuais. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 42, art. 6º, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 45. O registro far-se-á em numeração contínua e seriada, observadas as seguintes classes processuais: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 43)*

- I - Inspeção;
- II - Correição;
- III - Sindicância;
- IV - Reclamação Disciplinar;
- V - Processo Administrativo Disciplinar;
- VI - Representação por Excesso de Prazo;
- VII - Avocação;
- VIII - Revisão Disciplinar;
- IX - Consulta;
- X - Procedimento de Controle Administrativo;
- XI - Pedido de Providências;
- XII - Arguição de Suspeição e Impedimento;
- XIII - Acompanhamento de Cumprimento de Decisão;
- XIV - Comissão;
- XV - Restauração de Autos;

- XVI - Reclamação para Garantia das Decisões;
- XVII - Ato Normativo;
- XVIII - Nota Técnica;
- XIX - Termo de Compromisso;
- XX - Convênios e Contratos;
- XXI - Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei.

CAPÍTULO II

DA DISTRIBUIÇÃO

Art. 46. Os pedidos, propostas de atos normativos e processos regularmente registrados serão, quando for o caso, apresentados à distribuição. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 44)*

§ 1º A distribuição será feita sob a supervisão da Presidência, por sorteio, mediante sistema informatizado, por classe de processo. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 44, § 1º)*

§ 2º A distribuição automática, alternada e aleatória de processos será pública, podendo qualquer interessado ter acesso aos dados constantes do respectivo sistema informatizado. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 44, 2º)*

§ 3º Sorteado o Relator, ser-lhe-ão imediatamente conclusos os autos. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 44, 3º)*

§ 4º Havendo prevenção, o processo será distribuído ao Conselheiro que estiver preventivo. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 44, § 4º)*

§ 5º Considera-se preventivo, para todos os feitos supervenientes, o Conselheiro a quem for distribuído o primeiro requerimento pendente de decisão acerca do mesmo ato normativo, edital de concurso ou matéria, operando-se a distribuição por prevenção também no caso de sucessão do Conselheiro Relator original. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 44, § 5º, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

§ 6º Não se submeterá à distribuição a proposta de ato normativo proveniente de Comissão ou decorrente de julgamento de processo já distribuído. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 44, § 6º)*

Art. 47. A distribuição se fará entre todos os Conselheiros, inclusive os ausentes ou licenciados por até trinta dias, excetuando o Presidente e o Corregedor

Nacional de Justiça. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 45)*

§ 1º Os processos distribuídos aos Conselheiros permanecerão a eles vinculados ainda que ocorram afastamentos temporários, ressalvada a hipótese de medida urgente que necessite de solução inadiável. Nesse caso, adotadas pelo substituto as providências que se fizerem necessárias, os autos retornarão ao Relator sorteado assim que cessar o motivo do encaminhamento. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 45, § 1º)*

§ 2º Distribuir-se-ão por dependência os procedimentos de qualquer natureza quando se relacionarem, por conexão, continência ou afinidade, com outro já ajuizado. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 45, § 2º)*

§ 3º Se três ou mais processos que envolvam a mesma questão de direito forem distribuídos por dependência a um único Relator, este poderá determinar que apenas um deles tenha curso regular, ficando suspensa a tramitação dos demais que a ele ficarão apensados, até decisão final a ser proferida e estendida de modo uniforme a todos os procedimentos em curso. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 45, § 3º)*

§ 4º Na hipótese de afastamento temporário do Relator, por período superior a trinta dias, os processos poderão ser redistribuídos a pedido do interessado ou por determinação da Presidência, ou do Plenário. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 45, § 4º)*

§ 5º A distribuição que deixar de ser feita a Conselheiro ausente ou licenciado será compensada quando terminar a licença ou a ausência, salvo se o Plenário dispensar a compensação. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 45, § 5º)*

§ 6º Haverá também compensação quando o processo tiver de ser distribuído por prevenção a determinado Conselheiro. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 45, § 6º)*

§ 7º O exercício do cargo de Presidente de Comissão não exclui o Conselheiro da distribuição de processos. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 45, § 7º)*

Art. 48. Não haverá revisor nos processos submetidos ao CNJ. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 46)*

Art. 49. Serão distribuídas: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 47, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

I - ao Presidente as arguições de suspeição ou impedimento em relação aos demais Conselheiros;

- II - ao Corregedor Nacional de Justiça:
- a) as reclamações disciplinares;
 - b) as representações por excesso de prazo;
 - c) os pedidos de providência e avocação de sua competência.
- III - aos outros Conselheiros as demais matérias.

CAPÍTULO III

DOS DIVERSOS TIPOS DE PROCESSOS

Seção I

Da Inspeção

Art. 50. A Corregedoria Nacional de Justiça poderá realizar inspeções para apuração de fatos relacionados ao conhecimento e à verificação do funcionamento dos serviços judiciais e auxiliares, das serventias e dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, havendo ou não evidências de irregularidades. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 48)*

Parágrafo único. As inspeções poderão ser realizadas rotineiramente ou a qualquer tempo por iniciativa da Corregedoria Nacional de Justiça, por proposição de qualquer Conselheiro ou a requerimento de autoridade pública, sem prejuízo da atuação disciplinar e correicional dos Tribunais. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 48, parágrafo único)*

Art. 51. O Corregedor Nacional de Justiça, ou aquele que for por ele designado, disporá de livre ingresso nos locais onde se processem as atividades inspecionadas, podendo, se entender conveniente, acessar documentos, livros, registros de computadores ou qualquer outro dado ou elemento de prova que repute relevante para os propósitos da inspeção. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 49)*

§ 1º No exercício de sua função, o Corregedor Nacional de Justiça poderá ser acompanhado de Conselheiros, Juízes Auxiliares, peritos ou funcionários da Corregedoria Nacional de Justiça. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 49, § 1º, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

§ 2º Sempre que necessário, poderão ser designados servidores de outros órgãos do Poder Judiciário ou, mediante cooperação, dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo para auxiliar nos trabalhos de inspeção. *(Resolução*

n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 49, § 2º, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)

Art. 52. A inspeção será realizada independentemente de convocação ou comunicação prévia, com ou sem a presença das autoridades responsáveis pelos órgãos inspecionados, podendo colher-se a manifestação de interessados e outras autoridades que terão direito a prestar esclarecimentos e fazer observações que repute de interesse para os fins da inspeção. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 50)*

Parágrafo único. Sempre que as circunstâncias não recomendem o contrário, a realização da inspeção poderá contar com a realização de audiência pública comunicada à autoridade responsável pelo órgão com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 49, parágrafo único)*

Art. 53. Concluída a diligência, o Corregedor Nacional de Justiça ou aquele por ele designado mandará lavrar auto circunstanciado, mencionando nele tudo quanto for útil aos objetivos daquela. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 51)*

Art. 54. O Corregedor Nacional de Justiça poderá desde logo adotar as medidas cabíveis de sua competência e proporá ao Plenário as demais que tenha por necessárias e adequadas aos objetivos da inspeção, à vista das necessidades ou deficiências nela evidenciadas. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 52)*

Parágrafo único. O Plenário do CNJ e o Corregedor Nacional de Justiça poderão, conforme o caso, encaminhar traslado do expediente de inspeção à Corregedoria do Tribunal ao qual esteja o órgão inspecionado vinculado para a adoção das providências a seu cargo com ou sem prazo. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 52, parágrafo único)*

Art. 55. O Plenário do CNJ poderá, tendo em vista o conteúdo das atas de inspeção, em face do órgão inspecionado, regulamentar práticas administrativas, uniformizando procedimentos com vista à melhoria da organização, do funcionamento e do controle dos serviços de administração da Justiça. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 53)*

Seção II

Da Correição

Art. 56. A Corregedoria Nacional de Justiça poderá realizar correições para apuração de fatos determinados relacionados com deficiências graves dos

serviços judiciais e auxiliares, das serventias e dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 54)*

§ 1º As correições serão realizadas sem prejuízo da atuação disciplinar e correicional dos Tribunais. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 54, § 1º)*

§ 2º A Corregedoria Nacional de Justiça promoverá as diligências necessárias solicitadas por Conselheiro para a instrução de processo sob sua relatoria. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 54, § 2º)*

Art. 57. O Corregedor Nacional de Justiça, ou o Juiz Auxiliar por ele designado, disporá de livre ingresso nos locais onde se processem as atividades sob correição, podendo, se entender conveniente, requisitar e acessar documentos, livros, registros de computadores ou qualquer outro dado ou elemento de prova que repute relevante para os propósitos da correição. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 55)*

Parágrafo único. No exercício de sua função, o Corregedor Nacional de Justiça poderá ser acompanhado de Conselheiros, Juizes Auxiliares, peritos ou funcionários da Corregedoria Nacional de Justiça. Sempre que necessário, poderão ser designados servidores de outros órgãos do Poder Judiciário ou, mediante cooperação, dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, para auxiliarem nos trabalhos de correição. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 55, parágrafo único)*

Art. 58. A correição será precedida de ato convocatório com indicação dos fatos a apurar e realizada na presença das autoridades responsáveis pelos órgãos correicionados, que terão direito a prestar esclarecimentos e fazer observações que repute de interesse para a elucidação dos fatos objeto de apuração. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 56)*

Parágrafo único. Em caso de extrema urgência ou em virtude de relevante motivação devidamente fundamentada, a correição poderá ser realizada sem a comunicação prévia e independente da ciência da autoridade judiciária responsável. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 56, parágrafo único)*

Art. 59. Concluída a diligência, o Corregedor Nacional de Justiça ou aquele por ele designado mandará lavrar auto circunstanciado, mencionando nele tudo quanto for útil aos objetivos daquela. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 57)*

Art. 60. O Corregedor Nacional de Justiça poderá desde logo adotar as medidas cabíveis de sua competência e proporá ao Plenário as demais que tenha por pertinentes e adequadas aos objetivos da correição, à vista das necessidades ou

deficiências nela verificadas. Em qualquer momento em que apuradas, as irregularidades que constituam ilícito penal serão imediatamente comunicadas ao Ministério Público. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 58)*

§ 1º Em qualquer momento em que apuradas, as irregularidades que constituam ilícito penal deverão ser imediatamente comunicadas ao Ministério Público. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 58, § 1º, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

§ 2º O Plenário do CNJ e o Corregedor Nacional de Justiça poderão encaminhar traslado do expediente de correição à corregedoria do Tribunal ao qual esteja o órgão correicionado vinculado, para a adoção das providências a seu cargo, com ou sem prazo. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 58, § 2º, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 61. O Plenário do CNJ poderá, tendo em vista o conteúdo das atas de correição, regulamentar práticas administrativas, uniformizando procedimentos com vista à melhoria da organização, do funcionamento e do controle dos serviços de administração da Justiça. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 59)*

Parágrafo único. O Plenário, a Presidência ou o Corregedor Nacional de Justiça poderá, conforme as necessidades apuradas a qualquer tempo, determinar a realização de mutirão para atendimento de excesso ou congestionamento de feitos ou processos em qualquer vara ou juízo, diretamente ou por Juízes Auxiliares, neste caso conferindo-lhes, por delegação especial, poderes correicionais gerais para o completo desempenho das diligências. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009, parágrafo único)*

Seção III

Da Sindicância

Art. 62. A sindicância é o procedimento investigativo sumário levado a efeito pela Corregedoria Nacional de Justiça, com prazo de conclusão não excedente de sessenta (60) dias, destinado a apurar irregularidades atribuídas a magistrados ou servidores nos serviços judiciais e auxiliares, ou a quaisquer serventuários, nas serventias e nos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, cuja apreciação não se deva dar por inspeção ou correição. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 60)*

Parágrafo único. A juízo do Corregedor Nacional de Justiça, o prazo de que trata o caput deste artigo poderá, conforme a necessidade, ser motivadamente

prorrogado por prazo certo. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 60, parágrafo único, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 63. O Corregedor Nacional de Justiça poderá delegar a Conselheiros e aos magistrados requisitados, em caráter permanente ou temporário, competência para a realização de sindicância. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 61)*

Parágrafo único. Sempre que necessário, poderão ser designados servidores de outros órgãos do Poder Judiciário ou, mediante cooperação, dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo para auxiliarem nos trabalhos de apuração da sindicância. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 61, parágrafo único)*

Art. 64. O Corregedor Nacional de Justiça ou o sindicante intimará o sindicato ou seu procurador para acompanhar a inquirição de testemunhas, podendo formular perguntas. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 62)*

Parágrafo único. Encerrada a investigação, o sindicante elaborará o relatório, do qual será dada vista ao sindicato, pelo prazo de quinze (15) dias, para apresentação de defesa prévia, cabendo ao Corregedor Nacional de Justiça propor ao Plenário do CNJ o arquivamento ou a instauração de processo disciplinar. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 62, parágrafo único)*

Art. 65. O Corregedor Nacional de Justiça ou o sindicante por ele regularmente designado determinará a oitiva do investigado, que poderá apresentar defesa e requerer a produção de prova no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência da instauração da sindicância. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 63, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Parágrafo único. Encerrada a investigação, o sindicante elaborará o relatório, cabendo ao Corregedor Nacional de Justiça, se convencido da existência de infração, propor ao Plenário do CNJ a instauração de processo disciplinar, o que será precedido da intimação para apresentar defesa prévia em 15 (quinze) dias, devendo constar da intimação a descrição do fato e a sua tipificação legal, bem como cópia do teor da acusação. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 63, parágrafo único, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 66. Não sendo apurado ato ou fato que justifique a aplicação de penalidade, assim demonstrado no relatório, a sindicância será arquivada por ato singular do Corregedor Nacional ou, a seu juízo, levada à apreciação do Plenário, em qualquer caso comunicando-se os interessados. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 64, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 67. Se restar apurada a existência de fundados indícios de infração grave, o Plenário do CNJ poderá deliberar que o processo de sindicância em que o arguido tenha sido ouvido constitua parte instrutória do processo disciplinar. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 65)*

Art. 68. São aplicáveis à instrução das sindicâncias para a apuração de infrações cometidas por servidores do CNJ ou servidores do Poder Judiciário, no que couberem, as disposições relativas a processos disciplinares previstas na legislação federal ou estadual pertinente à hipótese *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 66, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*.

Seção IV

Da Reclamação Disciplinar

Art. 69. A reclamação disciplinar poderá ser proposta contra membros do Poder Judiciário e contra titulares de seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 67)*

§ 1º A reclamação deverá ser dirigida ao Corregedor Nacional de Justiça em requerimento assinado contendo a descrição do fato, a identificação do reclamado e as provas da infração. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 67, § 1º)*

§ 2º Quando não atendidos os requisitos legais ou o fato narrado não configurar infração disciplinar, a reclamação será arquivada. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 67, § 2º)*

§ 3º Não sendo caso de arquivamento ou indeferimento sumário, o reclamado será notificado para prestar informações em quinze (15) dias, podendo o Corregedor Nacional de Justiça requisitar informações à corregedoria local e ao tribunal respectivo ou determinar diligência para apuração preliminar da verossimilhança da imputação. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 67, § 3º)*

§ 4º Nas reclamações oferecidas contra magistrados de primeiro grau, poderá o Corregedor Nacional de Justiça enviar cópia da petição e dos documentos à Corregedoria de Justiça respectiva, fixando prazo para apuração e comunicação das providências e conclusão adotadas. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 67, § 4º, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*.

Art. 70. Prestadas as informações, o Corregedor Nacional de Justiça arquivará a reclamação se confirmado que o fato não constitui infração disciplinar. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 68)*

Art. 71. Configurada a evidência de possível infração disciplinar atribuída a magistrado, se as provas forem suficientes o Corregedor Nacional de Justiça proporá ao Plenário a instauração de processo administrativo disciplinar, caso contrário instaurará sindicância para investigação dos fatos. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 69, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Parágrafo único. O procedimento da reclamação disciplinar contra magistrado obedecerá, subsidiariamente, no que couber, ao disposto no Estatuto da Magistratura. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 69, parágrafo único, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 72. No caso de instauração desde logo de processo administrativo disciplinar, o Corregedor Nacional de Justiça, antes de submeter o feito à apreciação do Plenário, intimará o magistrado ou servidor para oferecer defesa prévia em 15 (quinze) dias, devendo constar da intimação a descrição do fato e a sua tipificação legal, bem como cópia do teor da acusação. *Resolução n. 68, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 70, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 73. Se da apuração da reclamação disciplinar resultar a verificação de possível falta ou infração atribuída a servidor, serventuário ou delegatário de serventia extrajudicial, o Corregedor Nacional de Justiça poderá determinar, conforme o caso, a instauração de sindicância ou o encaminhamento à Corregedoria local para as providências necessárias. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 71, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Parágrafo único. Se dos fatos apurados ficar evidenciada a existência de elementos suficientes para a imediata instauração de processo administrativo disciplinar contra servidor, serventuário ou delegatário de serventias, o Corregedor Nacional de Justiça proporá ao Plenário essa medida ou encaminhará os dados à Corregedoria local para as providências cabíveis. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 71, parágrafo único, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 74. O Corregedor Nacional de Justiça poderá delegar aos Conselheiros e aos magistrados requisitados, em caráter permanente ou temporário, competência para a apuração de irregularidades objeto de reclamações. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 72)*

Seção V

Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 75. O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de magistrados e de titulares de serviços notariais e de registro por infração disciplinar praticada no exercício de suas atribuições. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 73, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 76. Determinada pelo Plenário do CNJ a instauração do processo administrativo disciplinar, o feito será distribuído a um Relator a quem competirá ordenar e dirigir a instrução respectiva. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 74, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Parágrafo único. É impedido de atuar nos processos administrativos disciplinares o Conselheiro que: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 74, parágrafo único)*

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria em discussão;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro, parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou o respectivo cônjuge ou companheiro.

Art. 77. O processo administrativo disciplinar instaurado contra magistrado obedecerá ao procedimento ditado no Estatuto da Magistratura, inclusive no que concerne à aplicação pelo CNJ das penas disciplinares respectivas, sujeitando-se subsidiariamente, no que não for incompatível à Resolução do CNJ, à Lei n. 8.112, de 1990, e à Lei n. 9.784, de 1999. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 75, com redação pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Parágrafo único. Acolhida a instauração do processo disciplinar, ou no curso dele, o Plenário do CNJ poderá, motivadamente e por maioria absoluta de seus membros, afastar o magistrado ou servidor das suas funções. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 75, parágrafo 74, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 78. O processo administrativo disciplinar instaurado contra titular de serviços notariais e de registro obedecerá ao procedimento estabelecido na legislação funcional. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 76)*

Art. 79. Finda a instrução, o Ministério Público e o magistrado ou seu procurador, terão, sucessivamente, vista dos autos por 10 (dez) dias para razões.

(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 77, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)

Parágrafo único. No mesmo prazo poderá manifestar-se o Procurador Geral da República ou o órgão do Ministério Público por este designado. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 77, parágrafo único, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Seção VI

Da Representação por Excesso de Prazo

Art. 80. A representação contra magistrado por excesso injustificado de prazo para a prática de ato de sua competência jurisdicional ou administrativa poderá ser formulada por qualquer pessoa com interesse legítimo, pelo Ministério Público, pelos Presidentes de tribunais ou, de ofício, pelos Conselheiros. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 78)*

§ 1º A representação será instruída com os documentos necessários à sua demonstração e será dirigida ao Corregedor Nacional de Justiça. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 78, § 1º)*

§ 2º Não sendo o caso de indeferimento sumário da representação, o Corregedor Nacional de Justiça enviará, mediante ofício, a segunda via acompanhada de cópia da documentação ao representado, a fim de que este, no prazo de quinze (15) dias, apresente a sua defesa, com indicação, desde logo, das provas que pretende produzir. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 78, § 2º)*

§ 3º Decorrido o prazo de defesa, o Corregedor Nacional de Justiça proporá ao Plenário, conforme o caso, o arquivamento da representação ou a instauração de processo disciplinar. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 78, § 3º)*

§ 4º As disposições deste artigo são aplicáveis, no que couber, ao pedido de representação por excesso de prazo apresentado contra servidor do Poder Judiciário ou de seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 78, § 4º)*

§ 5º Independentemente da configuração de infração disciplinar, se verificada pela prova dos autos a existência de grave atraso ou de grande acúmulo de processos, o Corregedor Nacional de Justiça submeterá o caso ao Plenário, com proposta de adoção de providência. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 78, § 5º)*

§ 6º Verificada a generalizada ocorrência de atraso ou acúmulo de processos envolvendo dois ou mais magistrados, de primeiro ou segundo grau, do mesmo órgão judiciário, a Corregedoria Nacional de Justiça poderá instaurar procedimento especial para apuração concertada. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 78, § 6º, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Seção VII

Da Avocação

Art. 81. A avocação de processo de natureza disciplinar em curso contra membros do Poder Judiciário ou de seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro dar-se-á, a qualquer tempo, mediante representação fundamentada de membro do CNJ, do Procurador-Geral da República, do Presidente do Conselho Federal da OAB ou de entidade nacional da magistratura. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 79, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Parágrafo único. Cuidando-se de matéria de competência da Corregedoria Nacional de Justiça, caberá ao Corregedor Nacional de Justiça deliberar; sendo caso de competência do Plenário do CNJ, será distribuído o feito, cabendo ao Relator decidir sobre a relevância da matéria, podendo, em qualquer caso, determinar-se o arquivamento liminar, se manifestamente infundado o pedido. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 79, parágrafo único)*

Art. 82. O Corregedor Nacional de Justiça, acolhendo o pedido, e ouvido o órgão disciplinar local, com prazo de 15 dias, adotará as providências pertinentes no âmbito da competência da Corregedoria Nacional de Justiça, conhecendo e deliberando definitivamente a respeito, com ciência aos interessados. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.80, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 83. Nos demais casos, o Relator mandará ouvir, em quinze (15) dias, o magistrado ou o servidor e o órgão disciplinar originariamente competente para a decisão. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.81)*

§ 1º Findo o prazo, com ou sem as informações, o Relator pedirá a inclusão do processo em pauta, para deliberação pelo Plenário. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.81, § 1º)*

§ 2º Decidindo o Plenário pela avocação do processo disciplinar, a decisão será imediatamente comunicada ao tribunal respectivo, para o envio dos

autos no prazo máximo de quinze (15) dias. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.81, § 2º)*

§ 3º Recebidos os autos avocados, esses serão novamente autuados, com distribuição por prevenção ao Relator. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.81, § 3º)*

§ 4º Ao Relator caberá ordenar e dirigir o processo disciplinar avocado, podendo aproveitar os atos já praticados regularmente na origem. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.81, § 4º)*

§ 5º Se em procedimento em curso no CNJ tornar-se necessário avocar procedimento disciplinar correlato, o Corregedor Nacional de Justiça ou o Relator, depois de ouvir o órgão respectivo, proporá, incidentalmente, ao Plenário a avocação do feito. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.81, § 5º)*

Art. 84. Recebidos os autos avocados, estes serão novamente autuados como processo disciplinar, com distribuição por prevenção ao Relator ou encaminhados ao Corregedor Nacional, nos casos de sua competência. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.81-A)*

Parágrafo único. Ao Corregedor Nacional ou ao Relator caberá ordenar e dirigir o processo disciplinar avocado, podendo aproveitar os atos já praticados regularmente na origem. *(Resolução 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.81-A, parágrafo único, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 85. Se em procedimento em curso no CNJ tornar-se necessário avocar procedimento disciplinar correlato, o Corregedor Nacional de Justiça ou o Relator, depois de ouvir o órgão respectivo, proporá, incidentalmente, ao Plenário a avocação do feito. *(Resolução 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.81-B, incluído pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Seção VIII

Da Revisão Disciplinar

Art. 86. Poderão ser revistos, de ofício ou mediante provocação de qualquer interessado, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano do pedido de revisão. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.82, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 87. A revisão dos processos disciplinares será admitida: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009, art.83)*

I - quando a decisão for contrária a texto expresso da lei, à evidência dos autos ou a ato normativo do CNJ;

II - quando a decisão se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos;

III - quando, após a decisão, surgirem fatos novos ou novas provas ou circunstâncias que determinem ou autorizem modificação da decisão proferida pelo órgão de origem.

Art. 88. O pedido de revisão de processo disciplinar será apresentado em petição escrita, devidamente fundamentada e com toda a documentação pertinente. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.84, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Art. 89. O Relator poderá indeferir, de plano, o pedido de revisão que se mostre intempestivo, manifestamente sem fundamento ou improcedente. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.85)*

§ 1º O pedido será instruído com a certidão do julgamento do processo disciplinar e com as peças necessárias à comprovação dos fatos alegados. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.85, § 1º)*

§ 2º O Relator poderá determinar que se apensem ou os autos originais ou cópias autenticadas de todas as peças do processo, requisitando-se ao Tribunal competente as providências necessárias, no prazo de quinze (15) dias. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.85, § 2º)*

Art. 90. A instauração de ofício da revisão de processo disciplinar poderá ser determinada pela maioria absoluta do Plenário do CNJ, mediante proposição de qualquer um dos Conselheiros, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da OAB. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 86)*

Art. 91. A instrução do processo de revisão disciplinar observará os princípios do contraditório e da ampla defesa. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.87)*

Parágrafo único. Finda a instrução, o Procurador-Geral da República e o magistrado acusado ou seu defensor terão vista dos autos por dez dias, para razões. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.87, parágrafo único)*

Art. 92. Julgado procedente o pedido de revisão, o Plenário do CNJ poderá determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, alterar a classificação da infração, absolver ou condenar o juiz ou membro de Tribunal, modificar a pena ou anular o processo. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 88)*

Seção IX

Da Consulta

Art. 93. O Plenário decidirá sobre consultas, em tese, de interesse e repercussão gerais quanto à dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.89)*

§ 1º A consulta deve conter indicação precisa do seu objeto, ser formulada articuladamente e estar instruída com a documentação pertinente, quando for o caso. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009, art.89, § 1º)*

§ 2º A resposta à consulta, quando proferida pela maioria absoluta do Plenário, tem caráter normativo geral. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.89, § 2º)*

Art. 94. A consulta poderá ser respondida monocraticamente, quando a matéria já estiver expressamente regulamentada em Resolução ou Enunciado Administrativo, ou já tiver sido objeto de pronunciamento definitivo do Plenário ou do Supremo Tribunal Federal. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.90)*

Seção X

Do Procedimento de Controle Administrativo

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do CNJ, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 91)*

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco (5) anos, salvo quando houver afronta direta à Constituição. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 91, parágrafo único)*

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito com a qualificação do requerente e a indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 92)*

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Plenário, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da OAB. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 93)*

Art. 98. O Relator determinará a notificação da autoridade que praticou o ato impugnado e dos eventuais interessados em seus efeitos, no prazo de quinze (15) dias. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 94)*

§ 1º O Relator poderá determinar as formas e os meios de notificação pessoal dos eventuais interessados. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 94, § 1º)*

§ 2º A notificação será feita por edital quando dirigida a eventuais interessados não identificados, desconhecidos ou com domicílio não informado nos autos. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 94, § 2º)*

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 95)*

- I - a sustação da execução do ato impugnado;
- II - a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo;
- III - o afastamento da autoridade competente pela prática do ato impugnado.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do CNJ. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 95, parágrafo único)*

Art. 100. Em se tratando de matéria sujeita à competência administrativa concorrente, o Plenário, por conveniência ou oportunidade, poderá determinar que o procedimento seja iniciado ou tenha prosseguimento perante a autoridade administrativa de menor grau hierárquico para decidir fixando prazo para a sua conclusão. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 96)*

Art. 101. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na legislação de processo administrativo. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 97)*

Seção XI

Do Pedido de Providências

Art. 102. As propostas e sugestões tendentes à melhoria da eficiência e eficácia do Poder Judiciário bem como todo e qualquer expediente que não tenha classificação específica nem seja acessório ou incidente serão incluídos na classe de pedido de providências, cabendo ao Plenário do CNJ ou ao Corregedor Nacional de Justiça, conforme a respectiva competência, o seu conhecimento e julgamento. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 98)*

Art. 103. Em caso de risco de prejuízo iminente ou de grave repercussão, o Plenário do CNJ, o Presidente ou o Relator poderão, no âmbito de sua competência e motivadamente, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação da autoridade, observados os limites legais. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 99)*

Parágrafo único. Quando a medida cautelar for deferida pelo Relator, será submetida a referendo do Plenário na primeira sessão ordinária seguinte. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art. 99, parágrafo único)*

Art. 104. O expediente será autuado e distribuído a um Relator, que poderá determinar a realização de diligências, audiências públicas, consultas públicas e solicitar esclarecimentos indispensáveis à análise do requerimento. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.100)*

§ 1º Atendidos os requisitos mínimos, e sendo o caso, o Relator solicitará a sua inclusão na pauta de julgamento. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.100, § 1º)*

§ 2º A execução do pedido de providências acolhido pelo Plenário será realizada por determinação do Presidente do CNJ e pelo Corregedor Nacional de Justiça nos casos de sua competência. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.100, § 2º)*

Seção XII

Da Reclamação para Garantia das Decisões

Art. 105. A reclamação para garantia das decisões ou atos normativos poderá ser instaurada de ofício ou mediante provocação, sendo submetida ao Presidente do CNJ. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.101)*

Parágrafo único. O requerimento deverá ser instruído com cópia da decisão atacada e referência expressa ao ato ou decisão do Plenário cuja autoridade se deva preservar, sob pena de indeferimento liminar. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.101, parágrafo único)*

Seção XIII

Do Ato Normativo

Art. 106. O Plenário poderá, por maioria absoluta, editar atos normativos, mediante Resoluções, Instruções ou Enunciados Administrativos e, ainda, Recomendações. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.102)*

§ 1º A edição de ato normativo ou regulamento poderá ser proposta por Conselheiro ou resultar de decisão do Plenário quando apreciar qualquer matéria, ainda quando o pedido seja considerado improcedente, podendo ser realizada audiência pública ou consulta pública. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.102, § 1º)*

§ 2º Decidida pelo Plenário a edição do ato normativo ou da recomendação, a redação do texto respectivo será apreciada em outra sessão plenária, salvo comprovada urgência. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.102, § 2º)*

§ 3º A edição de ato normativo poderá, a critério do Plenário ou do Relator, ser precedida de audiência pública ou consulta pública por prazo não superior a 30 (trinta) dias. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.102, § 3º)*

§ 4º Os efeitos do ato serão definidos pelo Plenário. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.102, § 4º)*

§ 5º As Resoluções e Enunciados Administrativos terão força vinculante, após sua publicação no Diário da Justiça e no sítio eletrônico do CNJ. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.102, § 5º)*

§ 6º Os Enunciados serão numerados em ordem crescente de referência, com alíneas, quando necessário, seguidas de menção dos dispositivos legais e dos julgados em que se fundamentam. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.102, § 6º)*

§ 7º Nos casos em que a proposta de ato normativo ensejar impacto orçamentário aos órgãos ou Tribunais destinatários, receberá prévio parecer técnico do órgão competente no âmbito do CNJ. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.102, § 7º – redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

Seção XIV

Da Nota Técnica

Art. 107. O Plenário poderá, de ofício ou mediante provocação: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.103)*

I - elaborar notas técnicas, de ofício ou mediante requerimento de agentes de outros Poderes, sobre políticas públicas que afetem o desempenho do Poder Judiciário, anteprojetos de lei, projetos de lei, e quaisquer outros atos com força normativa que tramitam no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas ou em quaisquer outros entes da Administração Pública Direta ou Indireta, quando caracterizado o interesse do Poder Judiciário;

II - elaborar notas técnicas sobre normas ou situações específicas da Administração Pública quando caracterizado o interesse do Poder Judiciário;

III - elaborar notas técnicas endereçadas ao Supremo Tribunal Federal relativas aos projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário.

CAPÍTULO IV

DA EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES

Art. 108. Cabe à Secretaria-Geral, mediante órgão específico, o acompanhamento do fiel cumprimento dos atos e decisões do CNJ, e à Secretaria da Corregedoria Nacional de Justiça, o das deliberações do Corregedor Nacional de Justiça. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.104)*

§ 1º A Secretaria-Geral informará o Presidente e o Relator, conforme o caso, permanentemente, sobre os eventos e omissões relacionados com as deliberações do CNJ. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.104, §1º)*

§ 2º A Secretaria-Geral disponibilizará ao público, através do sítio eletrônico do CNJ, planilha atualizada mensalmente indicando o cumprimento ou não, pelos tribunais, dos atos normativos e das decisões do CNJ, separadas por ato decisório e por tribunal. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.104, §2º)*

Art. 109. Comprovada a resistência ao cumprimento da decisão proferida pelo CNJ em mais de 30 dias além do prazo estabelecido, o Plenário, o Presidente ou o Corregedor Nacional de Justiça, de ofício ou por reclamação do interessado, adotará as providências que entenderem cabíveis à sua imediata

efetivação, sem prejuízo da instauração do competente procedimento disciplinar contra a autoridade recalcitrante e, quando for o caso, do envio de cópias ao Ministério Público para a adoção das providências pertinentes. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.105)*

Art. 110. O CNJ determinará à autoridade recalcitrante, sob as cominações do disposto no artigo anterior, o imediato cumprimento de decisão ou ato seu, quando impugnado perante outro juízo que não o Supremo Tribunal Federal. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.106 - redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10)*

CAPÍTULO V

DAS PROVAS

Art. 111. Qualquer meio legal ou moralmente legítimo será hábil para fazer prova dos fatos alegados. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.107)*

Parágrafo único. A proposição, a admissão e a produção de provas no CNJ obedecerão, no que couber, ao disposto na legislação sobre processo administrativo e subsidiariamente ao processo judicial civil e penal, observados os preceitos deste Regimento. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.107, parágrafo único)*

Art. 112. O requerente deverá instruir seu requerimento com a documentação necessária à compreensão de seu pedido. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.108)*

Parágrafo único. Havendo documento necessário à prova do alegado em órgãos judiciais ou de serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, ou em poder de autoridade que se recuse a fornecê-lo por certidão, o requerente, indicando esse fato, poderá requerer ao Relator ou ao Corregedor Nacional de Justiça que o requisite ou que fixe prazo para a devida exibição. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.108, parágrafo único)*

Art. 113. O interessado, quando for o caso, será intimado para manifestar-se sobre documento juntado após a sua última intervenção no processo. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.109)*

Art. 114. No processo em que se fizer necessária a presença do interessado ou de terceiro, o Plenário ou o Relator poderá, independentemente de outras sanções legais, expedir ordem de condução da pessoa que, intimada, deixar

de comparecer sem justo motivo no local que lhe for designado. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.110*)

Art. 115. Os depoimentos poderão ser taquigrafados, estenotipados, videogravados ou gravados e depois transcritos ou copiados os trechos indicados pelos interessados ou pelo Relator. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.111*)

§ 1º. Aplica-se o disposto neste artigo ao interrogatório dos acusados em processos disciplinares. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.111, §1º*)

§ 2º As inquirições ou depoimentos de testemunhas ou interessados, acaso necessários, poderão ser realizados fora da sede do CNJ, mediante carta de ordem a qualquer juízo ou Tribunal, nos termos e forma determinados pelo Relator ou pelo Corregedor Nacional de Justiça nos casos de sua respectiva competência. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.111, § 2º, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10*)

CAPÍTULO VI DAS AUDIÊNCIAS

Art. 116. As audiências para instrução dos feitos serão realizadas em local, dia e hora designados pelo Relator. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.112*)

§ 1º A abertura e o encerramento da audiência serão apregoados pelo servidor designado para secretariar os trabalhos. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.112, § 1º*)

§ 2º Nas hipóteses previstas em lei, inclusive no que se refere ao sigilo constitucional, e naquelas em que a preservação do direito à intimidade assim o recomendar, as audiências poderão ser realizadas sob caráter reservado, com a presença apenas do Relator, do interessado, dos advogados e do representante do Ministério Público. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.112, § 2º*)

Art. 117. O secretário lavrará ata, na qual registrará os nomes dos interessados, dos advogados e do representante do Ministério Público presentes, os requerimentos verbais e todos os outros atos e ocorrências. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.113*)

Art. 118. Com exceção dos advogados e do representante do Ministério Público, as pessoas que tomarem parte na audiência não poderão retirar-

se da sala sem a permissão do Relator. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009, art.114*)

CAPÍTULO VII

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 119. A autoridade judiciária ou o interessado que se considerar prejudicado por decisão do Presidente, do Corregedor Nacional de Justiça ou do Relator poderá, no prazo de cinco (5) dias, contados da sua intimação, interpor recurso administrativo ao Plenário do CNJ. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.114*)

§ 1º São recorríveis apenas as decisões monocráticas terminativas de que manifestamente resultar ou puder resultar restrição de direito ou prerrogativa, determinação de conduta ou anulação de ato ou decisão, nos casos de processo disciplinar, reclamação disciplinar, representação por excesso de prazo, procedimento de controle administrativo ou pedido de providências. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.115, § 1, com redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10º*)

§ 2º O recurso será apresentado, por petição fundamentada, ao prolator da decisão atacada, que poderá reconsiderá-la no prazo de cinco (5) dias ou submetê-la à apreciação do Plenário na primeira sessão seguinte à data de seu requerimento. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.115º, § 2º*)

§ 3º Relatará o recurso administrativo o prolator da decisão recorrida; quando se tratar de decisão proferida pelo Presidente, a seu juízo o recurso poderá ser livremente distribuído. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.115º, § 3º*)

§ 4º O recurso administrativo não suspende os efeitos da decisão agravada, podendo, no entanto, o Relator dispor em contrário em caso relevante. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.115º, § 4º*)

§ 5º A decisão final do colegiado substitui a decisão recorrida para todos os efeitos. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.115º, § 5º*)

§ 6º Dos atos e decisões do Plenário não cabe recurso. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.115º, § 6º*)

CAPÍTULO VIII

DAS SESSÕES

Art. 120. As sessões serão públicas, exceto nas hipóteses de sigilo previstas na Constituição Federal e de proteção do direito à intimidade. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.116º)*

Art. 121. Nas sessões do Plenário e das Comissões, observar-se-á a seguinte ordem: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.117º)*

- I - verificação do número de Conselheiros;
- II - discussão e aprovação da ata anterior;
- III - apreciação da pauta;
- IV - assuntos gerais.

§ 1º Antes ou durante a sessão, o Conselheiro poderá apresentar indicação ou proposta escritas, devendo o Presidente designar Relator para apresentar relatório e voto escritos na sessão seguinte. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.117º, § 1º)*

§ 2º O Presidente, em caso de urgência e relevância, pode designar Relator para apresentar relatório e voto orais na mesma sessão ou submeter a matéria diretamente à discussão e à votação. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.117º, § 2º)*

§ 3º Cabe ao Secretário-Geral secretariar as sessões do Plenário. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.117º, § 3º)*

Art. 122. As sessões do Plenário poderão ser ordinárias, extraordinárias ou de planejamento. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.118º)*

§ 1º As sessões ordinárias serão realizadas quinzenalmente, em dias úteis, mediante prévia comunicação aos Conselheiros do calendário de planejamento instituído ao início de cada semestre. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.118º, § 1º)*

§ 2º As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, fora do calendário semestral estabelecido, com pelo menos dois dias úteis de antecedência. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.118º, § 2º)*

§ 3º O Presidente convocará sessão extraordinária, que se realizará em até quinze (15) dias, quando requerida, por escrito, por um terço dos Conselheiros,

devendo o requerimento indicar o tema objeto de análise e deliberação. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.118º, § 3º*)

Art. 123. Será admitido o julgamento em ambiente eletrônico dos procedimentos que aguardam apreciação pelo Plenário. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.118-A, incluído pela Emenda Regimental n. 2, de 15.10.2015*)

§ 1º No ambiente eletrônico próprio ao julgamento dos procedimentos em trâmite no Conselho Nacional de Justiça, denominado Plenário Virtual, serão lançados os votos do relator e dos demais Conselheiros e registrado o resultado final da votação. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.118-A, § 1º*)

§ 2º As sessões virtuais poderão ser realizadas semanalmente e serão convocadas pelo Presidente, com, pelo menos, dois dias úteis de antecedência. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.118-A, § 2º*)

§ 3º As partes serão intimadas pelo Diário da Justiça eletrônico de que o julgamento se dará pela via eletrônica. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.118-A, § 3º*)

§ 4º Não serão incluídos no Plenário Virtual, ou dele serão excluídos, os seguintes procedimentos: (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.118-A, § 5º, renumerado como § 4º em decorrência da consolidação*)

I - os indicados pelo Relator quando da solicitação de inclusão em Pauta;

II - os destacados por um ou mais Conselheiros para julgamento presencial, a qualquer tempo;

III - os destacados pelo Procurador-Geral da República, pelo Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB ou seus respectivos representantes;

IV - aqueles nos quais os Presidentes das associações nacionais manifestarem intenção de usar da palavra, na forma do art. 125, § 8º, deste Regimento;

V - os que tiverem pedido de sustentação oral (art. 125 do Regimento) ou solicitação, formulada pela parte, para acompanhamento presencial do julgamento.

§ 5º Os destaques constantes do inciso III do § 5º e as solicitações dos incisos IV e V do mesmo dispositivo deverão ser apresentados, no máximo, até duas horas antes do horário previsto para o início da sessão virtual. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.118-A, § 6º, renumerado como § 5º em decorrência da consolidação*)

§ 6º O julgamento será considerado concluído se, no horário previsto para encerramento da votação, forem computados pelo menos 10 (dez) votos e alcançada a maioria simples, nos termos do art. 3º deste Regimento. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.118-A, § 7, renumerado como § 6º em decorrência da consolidação °)*

§ 7º Não concluído o julgamento, nas hipóteses do §7º, observar-se-á a regra do art. 133 deste Regimento. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.118-A, § 8º, renumerado como § 7º em decorrência da consolidação)*

§ 8º Os julgamentos do Plenário Virtual serão públicos e poderão ser acompanhados pela rede mundial de computadores (*internet*). *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.118-A, § 9º, renumerado como § 8º em decorrência da consolidação)*

§ 9º Aplicam-se às Sessões do Plenário Virtual, no que couber, as disposições do Capítulo VIII do Título II deste Regimento Interno. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.118-A, § 10º, renumerado como § 4º em decorrência da consolidação)*

Art. 124. São atribuições da Presidência nas sessões plenárias: *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, incluído pela Emenda Regimental n. 2, de 15.10.2015)*

I - dirigir os debates, as votações e as deliberações, podendo limitar a duração das intervenções;

II - após os debates, submeter os casos à deliberação do Plenário delimitando os pontos objeto da votação;

III - manter a ordem dos trabalhos especialmente quanto ao uso do tempo previamente estipulado para os interessados ou quanto aos limites do assunto objeto de deliberação do Plenário;

IV - dispor sobre a suspensão da sessão quando houver motivo relevante e justificado, fixando a hora em que deva ser reiniciada, sempre dentro das vinte e quatro (24) horas seguintes;

V - proferir voto, o qual prevalecerá em caso de empate; *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.119, V, com redação dada pela Emenda Regimental n. 2, de 2015).*

Art. 125. As pautas do Plenário serão organizadas pela Secretaria-Geral, com aprovação da Presidência, encaminhando-se previamente aos Conselheiros os dados pertinentes aos pontos incluídos em pauta. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.120)*

§ 1º Poderão ser apresentados em mesa, pela relevância, urgência ou conveniência, assuntos que não se encontrem inscritos na pauta da sessão. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.120, § 1º)*

§ 2º A publicação da pauta de julgamento no Diário da Justiça antecederá quarenta e oito (48) horas, pelo menos, à sessão em que os processos possam ser chamados. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.120, § 2º)*

§ 3º Para ciência dos interessados, a pauta de julgamentos também será publicada no sítio eletrônico do CNJ. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.120, § 3º)*

§ 4º Somente serão incluídos em pauta os processos cujos autos estejam disponíveis na Secretaria Processual, com os respectivos relatórios para inserção no sistema informatizado da sessão de julgamento. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.120, § 4º)*

Art. 126. As decisões do Plenário do CNJ e das Comissões serão tomadas pelo voto da maioria simples dos Conselheiros presentes, observado o quorum regimental, exceto nos casos em que haja exigência de quorum qualificado. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.121)*

Art. 127. Nas sessões do Plenário, o Presidente do CNJ sentará ao centro da mesa principal; à sua direita, tomarão assento, pela ordem, o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da OAB; à sua esquerda, o Secretário-Geral. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.122)*

§ 1º O Corregedor Nacional de Justiça tomará assento na primeira cadeira da bancada à direita da mesa central; o Conselheiro Ministro do Tribunal Superior do Trabalho tomará assento na primeira cadeira da bancada à esquerda da mesa central, seguido, nesta ordem, pelos Conselheiros membros de Tribunal de Justiça, de Tribunal Regional Federal e de Tribunal Regional do Trabalho; pelos Conselheiros magistrados da 1ª instância da Justiça Comum dos Estados, da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho; pelos Conselheiros membros do Ministério Público da União e do Ministério Público Estadual; pelos Conselheiros indicados pela OAB; e pelos Conselheiros indicados pela Câmara dos Deputados e Senado Federal. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.122, § 1º)*

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às Comissões, no que couber. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.122, § 2º)*

§ 3º O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da OAB poderão ser representados nas sessões do Plenário por quem eles indicarem. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.122, § 3º)*

Art. 128. De cada sessão plenária do CNJ será lavrada uma ata sucinta pelo Secretário-Geral, contendo a data da reunião; os nomes do Presidente e dos demais Conselheiros presentes na instalação dos trabalhos; os nomes do Procurador-Geral da República e do Presidente do Conselho Federal da OAB, quando presentes; assim como um resumo dos principais assuntos tratados e a relação dos números dos processos apresentados em mesa. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.123)*

Parágrafo único. Em documento anexo constará a relação dos processos julgados, especificando se as votações foram por maioria ou por unanimidade, devendo constar o número exato dos votos emitidos, o sentido de cada um deles, constando, ainda, a relação dos processos adiados e dos com pedido de vista. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.123, parágrafo único)*

Art. 129. Na sessão plenária, os julgamentos observarão, preferencialmente, a seguinte ordem: as medidas de urgência, os processos com pedido de vista ou com os advogados presentes. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.124)*

Parágrafo único. Em caso de urgência, o Relator poderá indicar preferência para o julgamento. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.124, parágrafo único)*

Art. 130. Nos julgamentos, será assegurado direito à sustentação oral ao interessado ou a seu advogado, e, se for o caso, ao Presidente do Tribunal, pelo prazo de dez (10) minutos. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.125)*

§ 1º Apresentado o relatório, preferentemente resumido, o Relator antecipará a conclusão do voto, hipótese em que poderá ocorrer a desistência da sustentação oral, assegurada pelo Presidente a palavra ao interessado se houver qualquer voto divergente do antecipado pelo Relator. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.125, § 1º)*

§ 2º Não havendo desistência da sustentação oral, o Presidente concederá a palavra, sucessivamente, ao requerente que não tenha advogado constituído, ou a seu advogado, e ao requerido que não tenha advogado constituído, ou a seu advogado. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.125, § 2º)*

§ 3º Não haverá sustentação oral no julgamento das questões de ordem, dos referendos de medidas de urgência ou acauteladoras, dos processos que tenham se iniciado em sessão anterior e dos recursos administrativos. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.125, § 3º)*

§ 4º A solicitação para sustentação oral deverá ser formulada até o horário previsto para o início da sessão de julgamento. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.125, § 4º)*

§ 5º No caso de litisconsortes não representados pelo mesmo advogado, o prazo será dividido igualmente entre os do mesmo grupo, se não o convencionarem diversamente. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.125, § 5º)*

§ 6º O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da OAB terão igual prazo ao dos interessados para as suas respectivas sustentações orais. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.125, § 6º)*

§ 7º Os advogados ocuparão a tribuna para formularem requerimento, produzir sustentação oral ou responderem às perguntas que lhes forem feitas pelos Conselheiros. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.125, § 7º)*

§ 8º Os Presidentes das associações nacionais, presentes à sessão, poderão usar da palavra. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.125, § 8º)*

Art. 131. Durante os debates, cada Conselheiro poderá falar tantas vezes sobre o assunto em discussão quantas forem necessárias ao esclarecimento da causa ou, em regime de votação, para explicar a modificação do voto, desde que devidamente autorizado pelo Presidente. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.126)*

Parágrafo único. A palavra será solicitada, pela ordem, ao Presidente ou, mediante aparte, a quem dela estiver fazendo uso. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.126, parágrafo único)*

Art. 132. Se algum dos Conselheiros pedir vista dos autos, deverá apresentá-los, para prosseguimento da votação, na primeira sessão ordinária subsequente, com preferência na pauta, independentemente de nova publicação. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.127)*

§ 1º Ao reiniciar-se o julgamento, serão computados os votos já proferidos pelos Conselheiros, ainda que não compareçam ou hajam deixado o exercício do cargo. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.127, § 1º)*

§ 2º Não participarão do julgamento os Conselheiros que não tenham assistido ao relatório ou aos debates, salvo quando se derem por esclarecidos. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.127, § 2º)*

§ 3º Se, para o efeito do quorum ou de desempate na votação, for necessário o voto de Conselheiro nas condições do parágrafo anterior, serão

renovados o relatório e a sustentação oral, computando-se os votos anteriormente proferidos. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.127, § 3º*)

Art. 133. Concluído o debate oral, o Presidente tomará os votos, em primeiro lugar, do Relator e, a seguir, dos demais Conselheiros, na ordem da precedência regimental. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.128*)

§ 1º Encerrada a votação, o Presidente proclamará a decisão. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.128, § 1º*)

§ 2º Se o Relator for vencido, ficará designado para redigir o acórdão o autor do primeiro voto vencedor. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.128, § 2º*)

Art. 134. As questões preliminares serão julgadas antes do mérito, deste não se conhecendo se incompatível com a decisão daquelas. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.129*)

Parágrafo único. Sempre que, antes ou após o relatório, algum dos Conselheiros suscitar preliminar, será ela discutida e decidida, antes da apresentação do voto pelo Relator. Se não for acolhida a preliminar, prosseguir-se-á no julgamento. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.129, parágrafo único*)

Art. 135. Rejeitada a preliminar, ou se com ela for compatível a apreciação do mérito, seguir-se-ão a discussão e o julgamento da matéria principal, pronunciando-se sobre esta os Conselheiros vencidos na preliminar. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.129, parágrafo único*)

Art. 136. O julgamento, uma vez iniciado, ultimar-se-á na mesma sessão, salvo pedido de vista. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.131*)

Art. 137. O Plenário poderá converter o julgamento em diligência, quando necessária à decisão da causa. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.132*)

Art. 138. Os processos não julgados serão considerados adiados e estarão automaticamente incluídos na sessão de julgamento seguinte, independentemente de nova publicação, salvo por motivo justificado. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.133*)

Art. 139. O Relator poderá propor ao Plenário correção da decisão quando constatar a existência de erro material. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.134*)

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 140. A iniciativa de proposta de emenda regimental cabe a qualquer Conselheiro ou Comissão do CNJ. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.135)*

Parágrafo único. Recebida a proposta pela Presidência, será imediatamente autuada e encaminhada à Comissão de Reforma do Regimento Interno, que terá prazo de cento e vinte (120) dias para apreciá-la e encaminhá-la para o Plenário. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.135, parágrafo único)*

Art. 141. As emendas considerar-se-ão aprovadas se obtiverem o voto favorável da maioria absoluta do Plenário do CNJ. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.136)*

Art. 142. A Secretaria do Supremo Tribunal Federal prestará apoio ao Conselho Nacional de Justiça para execução de sua gestão administrativa, mediante protocolo de cooperação a ser firmado entre os titulares das Secretarias dos órgãos-partes. *((Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.137, redação sugerida em decorrência do disposto no art. 2º da Lei n. 11.364, de 26/10/2006).*

- Redação original: **Art. 137. Enquanto o CNJ não possuir estrutura administrativa adequada para o seu pleno funcionamento, poderá celebrar convênio com o Supremo Tribunal Federal ou outros Tribunais para que prestem o suporte administrativo necessário.** *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.137)*

Art. 143. Até que entre em vigor o Estatuto da Magistratura, o CNJ poderá, por Resolução, nos termos do art. 5º, § 2º, da EC n. 45/2004, disciplinar seu funcionamento, dispor sobre a sua estrutura, direitos e deveres de seus Conselheiros, bem como sobre cargos e funções indispensáveis ao seu regular funcionamento. *(Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.138)*

Art. 144. Salvo se funcionário efetivo do CNJ, não poderá ser nomeado para cargo em comissão, ou designado para função gratificada, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, de quaisquer dos Conselheiros em atividade, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, do Procurador-Geral da República, dos Subprocuradores Gerais e dos Conselheiros Federais da OAB, dos Deputados

Federais e dos Senadores da República. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.139*)

Art. 145. As decisões, atos regulamentares e recomendações do CNJ serão publicados no Diário da Justiça da União e no sítio eletrônico do CNJ. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.140*)

Art. 146. Ato normativo disciplinará as formas e os meios de notificação dos interessados nos procedimentos de controle administrativo. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.141*)

Art. 147. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário. (*Resolução n. 67, de 3 de março de 2009 - Regimento Interno, art.142*)

Art. 148. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 149. Ficam revogadas:

I - a Resolução n. 1, de 29 de junho de 2005;

II - a Resolução n. 69, de 31 de março de 2009;

III – a Resolução n. 142, de 28 de outubro de 2011.

Art. 150. Ressalvados os dispositivos referidos no art. 149, ficam revogadas formalmente as Resoluções a seguir, sem modificação de alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados, nos termos do § 1º do art. 13 da Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro 1998:

I - a Resolução n. 67, de 3 de março de 2009, e suas alterações;

II – a Resolução n. 22, de 26 de setembro de 2006.